

## MANUAL - CONTROLE DE REPRESENTAÇÃO SEI-ANTT

---

### APRESENTAÇÃO

A funcionalidade **Controle de Representação** faz parte do módulo de Peticionamento e Intimação Eletrônica do SEI (desenvolvido e mantido pela Anatel), e permite gestão dos Procuradores pelos próprios Usuários Externos diretamente no SEI-ANTT.

No caso de Pessoa Jurídica, o primeiro passo para a gestão dos Procuradores é a formalização do Responsável Legal, o qual é a Pessoa Física responsável pelo CNPJ na Receita Federal do Brasil (RFB).

O **Responsável Legal** pelo CNPJ na Receita Federal deverá necessariamente possuir cadastro de Usuário Externo no SEI, o qual, após formalizar o vínculo, poderá cadastrar **Procuradores Especiais**, que terão todos os poderes de representação previstos no sistema e poderá, também, emitir Procurações Eletrônicas Simples, realizando a gestão de Procurações Eletrônicas afetas à Pessoa Jurídica.

O Responsável Legal ou os Procuradores Especiais podem emitir Procurações Eletrônicas Simples, com indicação de poderes específicos, abrangência e prazo de validade.

Em resumo, o Responsável Legal terá poderes para:

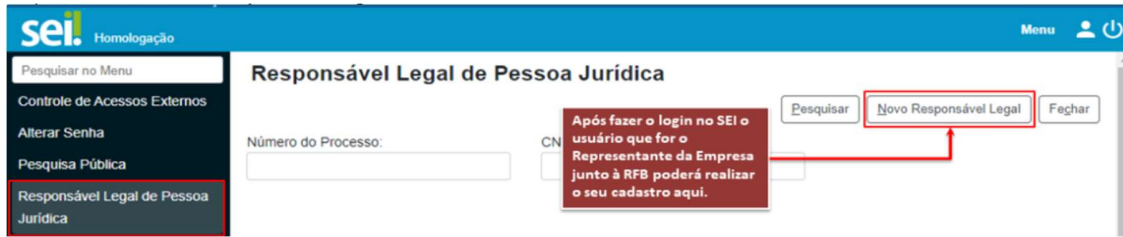
- Gerenciar o cadastro da Pessoa Jurídica;
- Receber Intimações Eletrônicas e realizar Peticionamento Eletrônico em nome da Pessoa Jurídica, com todos os poderes previstos no sistema;
- Emitir **Procurações Eletrônicas Especiais** a outros Usuários Externos, bem como revogá-las quando lhe convier;
- Emitir **Procurações Eletrônicas Simples**, com indicação de poderes específicos, abrangência e prazo de validade;
- Confessar, reconhecer, transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação e firmar compromisso;
- Exercer função de Preposto em Contrato Administrativo.

### Formalizar Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Sendo de fato o Responsável Legal na Receita Federal por um CNPJ, o Usuário Externo, previamente habilitado no SEI-ANTT, deve seguir as seguintes etapas para formalizar sua vinculação como Responsável Legal de uma Pessoa Jurídica:

- Faça login no Acesso Externo do SEI: <http://www.antt.gov.br/seiusuarioexterno>
- Acesse o menu “**Responsável Legal de Pessoa Jurídica**”;

- Clique no botão “Novo Responsável Legal”;



se.i Homologação

Menu

Pesquisar no Menu

Controlar de Acessos Externos

Alterar Senha

Pesquisa Pública

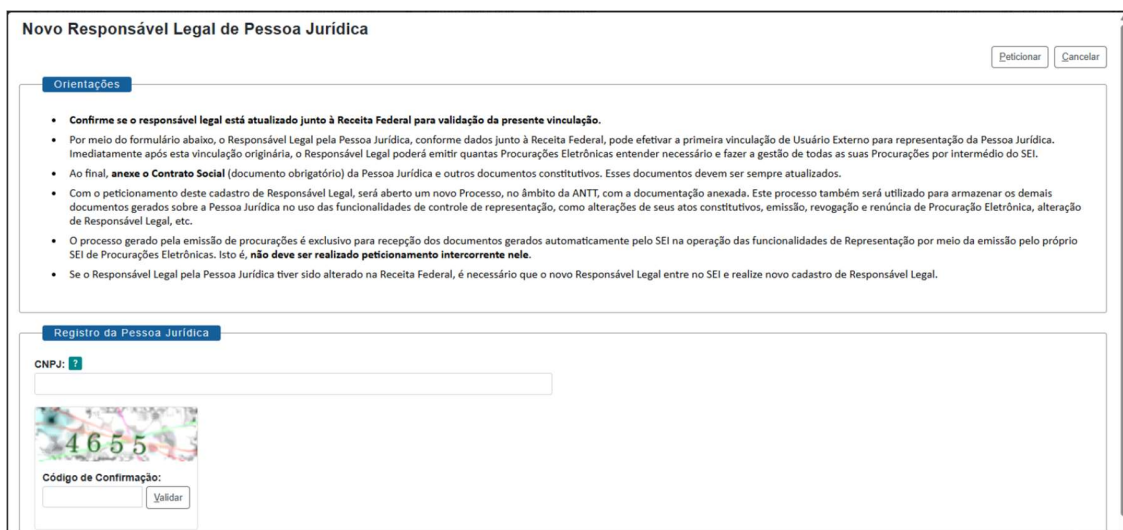
Responsável Legal de Pessoa Jurídica

### Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Número do Processo:  CN

Após fazer o login no SEI o usuário que for o Representante da Empresa junto à RFB poderá realizar o seu cadastro aqui.

Na tela seguinte, o Usuário deve ler as orientações apresentadas antes de inserir o número do CNPJ e do Código de Confirmação:




### Novo Responsável Legal de Pessoa Jurídica

**Orientações**

- Confirme se o responsável legal está atualizado junto à Receita Federal para validação da presente vinculação.
- Por meio do formulário abaixo, o Responsável Legal pela Pessoa Jurídica, conforme dados junto à Receita Federal, pode efetivar a primeira vinculação de Usuário Externo para representação da Pessoa Jurídica. Imediatamente após esta vinculação originária, o Responsável Legal poderá emitir quantas Procurações Eletrônicas entender necessário e fazer a gestão de todas as suas Procurações por intermédio do SEI.
- Ao final, anexe o Contrato Social (documento obrigatório) da Pessoa Jurídica e outros documentos constitutivos. Esses documentos devem ser sempre atualizados.
- Com o petiçãoamento deste cadastro de Responsável Legal, será aberto um novo Processo, no âmbito da ANTT, com a documentação anexada. Este processo também será utilizado para armazenar os demais documentos gerados sobre a Pessoa Jurídica no uso das funcionalidades de controle de representação, como alterações de seus atos constitutivos, emissão, revogação e renúncia de Procuração Eletrônica, alteração de Responsável Legal, etc.
- O processo gerado pela emissão de procurações é exclusivo para recepção dos documentos gerados automaticamente pelo SEI na operação das funcionalidades de Representação por meio da emissão pelo próprio SEI de Procurações Eletrônicas. Isto é, não deve ser realizado petiçãoamento intercorrente nele.
- Se o Responsável Legal pela Pessoa Jurídica tiver sido alterado na Receita Federal, é necessário que o novo Responsável Legal entre no SEI e realize novo cadastro de Responsável Legal.

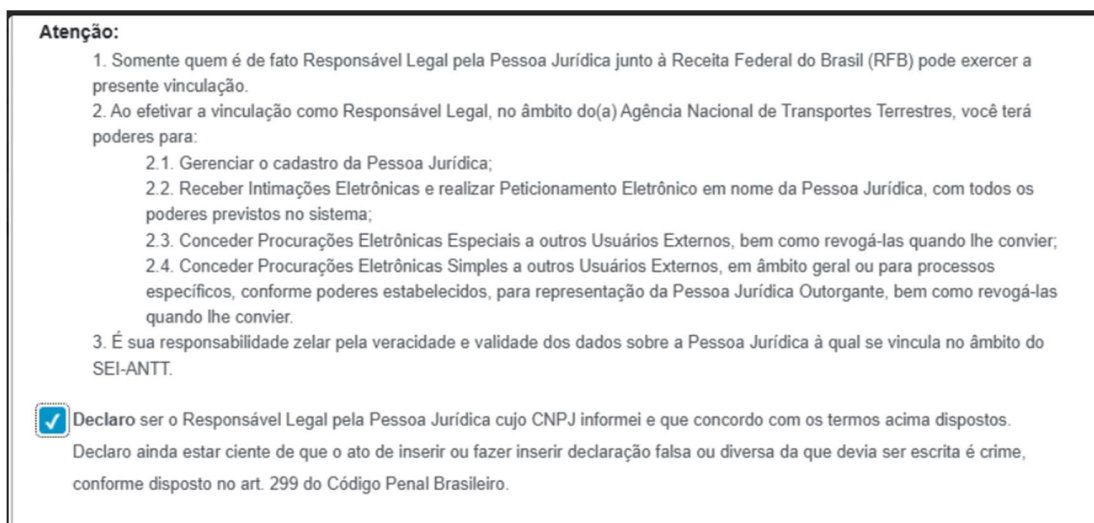
**Registro da Pessoa Jurídica**

CNPJ:



Código de Confirmação:

É necessário marcar a **Declaração** com os termos dispostos para continuar:



**Atenção:**

1. Somente quem é de fato Responsável Legal pela Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil (RFB) pode exercer a presente vinculação.
2. Ao efetivar a vinculação como Responsável Legal, no âmbito do(a) Agência Nacional de Transportes Terrestres, você terá poderes para:
  - 2.1. Gerenciar o cadastro da Pessoa Jurídica;
  - 2.2. Receber Intimações Eletrônicas e realizar Petiçãoamento Eletrônico em nome da Pessoa Jurídica, com todos os poderes previstos no sistema;
  - 2.3. Conceder Procurações Eletrônicas Especiais a outros Usuários Externos, bem como revogá-las quando lhe convier;
  - 2.4. Conceder Procurações Eletrônicas Simples a outros Usuários Externos, em âmbito geral ou para processos específicos, conforme poderes estabelecidos, para representação da Pessoa Jurídica Outorgante, bem como revogá-las quando lhe convier.
3. É sua responsabilidade zelar pela veracidade e validade dos dados sobre a Pessoa Jurídica à qual se vincula no âmbito do SEI-ANTT.

Declaro ser o Responsável Legal pela Pessoa Jurídica cujo CNPJ informei e que concordo com os termos acima dispostos. Declaro ainda estar ciente de que o ato de inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita é crime, conforme disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Em seguida, forneça os dados sobre a Pessoa Jurídica e anexe os Atos Constitutivos, com destaque àqueles que comprovam os poderes de representação da Pessoa Jurídica pelo Declarante.

A depender do caso, os Atos Constitutivos podem ser Contrato Social, Ata de Eleição dos Sócios, etc.

### Informações da Pessoa Jurídica

**Tipo:**   
**Razão Social:**

**Endereço:**  **Bairro:**

**UF:**  **Cidade:**  **CEP:**

### Atos Constitutivos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

**Documento (tamanho máximo: 700Mb):**  
 Nenhum arquivo escolhido

**Tipo de Documento:**  **Complemento do Tipo de Documento:**

**Nível de Acesso:**

**Formato:**  Nato-Digital  Digitalizado

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

Adicione um arquivo de cada vez no botão Adicionar e, quando carregar toda a documentação necessária, clique em Peticionar para concluir o cadastro.

Com o peticionamento deste cadastro de Responsável Legal, será aberto um novo Processo com a documentação anexada. Este processo também será utilizado para armazenar todos os demais documentos gerados sobre a Pessoa Jurídica no uso das funcionalidades de controle de representação, como alterações de seus atos constitutivos, emissão, revogação e renúncia de Procuração Eletrônica, alteração de Responsável Legal, etc.

**ATENÇÃO:** o “Processo de Controle de Representação” é exclusivo para recepção dos documentos gerados automaticamente pelo SEI na operação das funcionalidades de Representação por meio da emissão pelo próprio SEI de Procurações Eletrônicas. Isto é, não deve ser realizado peticionamento intercorrente nele.

No menu “Responsável Legal de Pessoa Jurídica” é possível “Visualizar” e “Alterar” o Cadastro da Pessoa Jurídica.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

sei. Menu

### Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Pesquisar Novo Responsável Legal Fechar

Número do Processo:  CNPJ:

Lista de Vinculação a Pessoas Jurídicas como Responsável Legal (1 registro):

Número do Processo ↑↓	CNPJ ↑↓	Razão Social ↓	Responsável Legal ↑↓	Situação ↑↓	Ações
50500.000349/2025-45	03.610.576/0001-69	Chaveiro JK	FELIPE DE FARIAS NUNES	Ativa	

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Procurações Eletrônicas

Peticionamento

Recibos Eletrônicos de Protocolo

Intimações Eletrônicas

Pesquisa Pública

Após esta primeira vinculação, o Responsável Legal receberá as Intimações Eletrônicas destinadas à Pessoa Jurídica correspondente, podendo cumprir e respondê-las.

O Responsável Legal pode emitir Procurações Eletrônicas Especiais e Procurações Eletrônicas Simples, com indicação de Poderes específicos, Abrangência e Prazo de Validade, gerenciando-as por meio do menu “Procurações Eletrônicas”.



## Alterar Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Se o Responsável Legal pela Pessoa Jurídica tiver sido alterado na Receita Federal, é necessário que o novo Responsável Legal entre no SEI e realize novo cadastro de Responsável Legal, conforme passos indicados no tópico anterior.

O SEI identifica automaticamente o Responsável Legal anterior e o novo, gerando a substituição de Responsável Legal.

## Pessoa Jurídica - Emitir Procuração Eletrônica Especial

Apenas o Responsável Legal de Pessoa Jurídica pode emitir Procuração Eletrônica Especial.

O Procurador Especial possui todos os poderes previstos no sistema e poderá emitir Procurações Eletrônicas Simples em nome da Pessoa Jurídica Outorgante, com indicação de poderes específicos, abrangência e prazo de validade. Também poderá atualizar os atos constitutivos da Pessoa Jurídica, mas não pode alterar o Responsável Legal nem outros Procuradores Especiais.

- Como possui todos os poderes previstos no sistema, junto com o Responsável Legal, os Procuradores Especiais sempre recebem as Intimações Eletrônicas destinadas à Pessoa Jurídica, podendo cumprí-las e respondê-las.



Para emitir uma Procuração Eletrônica Especial, o Responsável Legal já formalizado deve acessar o menu “Procurações Eletrônicas” e acionar o botão “Nova Procuração Eletrônica” no canto superior direito. Pode emitir quantas Procurações Eletrônicas Especiais forem necessárias.

Para emitir qualquer Procuração Eletrônica no SEI, o Outorgado a ser indicado antes deve já possuir cadastro liberado como Usuário Externo.

**ATENÇÃO:** Tanto o Responsável Legal como os Procuradores Especiais podem emitir Procurações Eletrônicas Simples, com indicação de poderes específicos, abrangência e prazo de validade.

Para emitir qualquer Procuração Eletrônica no SEI, o Outorgado a ser indicado antes deve já possuir cadastro liberado como Usuário Externo.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

sei. Menu  

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Responsável Legal de Pessoa Jurídica

Procurações Eletrônicas

Peticionamento


Recibos Eletrônicos de Protocolo


Intimações Eletrônicas

Pesquisa Pública

### Nova Procuração Eletrônica

Peticionar Cancelar

Tipo de Procuração:    
Procuração Eletrônica Especial

Pessoa Jurídica Outorgante:    
03.610.576/0001-69 - Chaveiro JK


A Procuração Eletrônica Especial concede, no âmbito do(a) ANTT, ao Usuário Externo poderes para:


1. Gerenciar o cadastro da Pessoa Jurídica Outorgante (exceto alterar o Responsável Legal ou outros Procuradores Especiais).
2. Receber, Cumprir e Responder Intimações Eletrônicas e realizar Peticionamento Eletrônico em nome da Pessoa Jurídica Outorgante.
3. Representar a Pessoa Jurídica Outorgante com todos os poderes previstos no sistema, inclusive no substabelecimento ao emitir Procurações Eletrônicas Simples, habilitando-o a praticar todos os atos processuais, inclusive confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação e firmar compromisso.
4. Substabelecer os poderes outorgados pela presente Procuração, ao conceder Procurações Eletrônicas Simples a outros Usuários Externos, em âmbito geral ou para processos específicos, conforme poderes definidos, para representação da Pessoa Jurídica Outorgante.

Ao conceder a Procuração Eletrônica Especial, você se declara ciente de que:

- Poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-ANTT, revogar a Procuração Eletrônica Especial;
- O Outorgado poderá, a qualquer tempo, por meio do SEI-ANTT, renunciar a Procuração Eletrônica Especial;
- A validade desta Procuração está circunscrita ao(à) ANTT e por tempo indeterminado, salvo se revogada ou renunciada, de modo que ela não pode ser usada para convalidar quaisquer atos praticados pelo Outorgado em representação da Pessoa Jurídica no âmbito de outros órgãos ou entidades.

Atenção: Para poder receber uma Procuração Eletrônica o Usuário Externo já deve possuir cadastro no SEI-ANTT liberado.

CPF do Usuário Externo:   Validar

Nome do Usuário Externo:   Adicionar

Peticionar Cancelar

A partir da emissão da Procuração Eletrônica Especial, enquanto ela não for Renunciada ou Revogada, o Procurador Especial receberá as Intimações Eletrônicas destinadas à Pessoa Jurídica Outorgante.

Ao acessar o menu “Responsável Legal de Pessoa Jurídica”, o Procurador Especial terá acesso às informações das Pessoas Jurídicas com as quais possui Procuração Eletrônica Especial vigente e os processos em que foram incluídas.

Ao acessar o menu “Procurações Eletrônicas”, o Usuário Externo terá acesso a todas as Procurações em que figurar como Outorgado.

### Pessoa Jurídica - Emitir Procuração Eletrônica Simples

A Procuração Eletrônica Simples emitida por Pessoa Jurídica pode ser emitida pelo Responsável Legal do CNPJ já vinculado no SEI no menu “Responsável Legal de Pessoa Jurídica” ou por seus Procuradores Especiais, visto que, por natureza, a Procuração Especial tem poderes para substabelecimento.

A Procuração Eletrônica Simples poderá conceder, por exemplo, os poderes específicos abaixo:



- Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica;
- Peticionar Processo Novo ou Intercorrente;
- Participar de Reuniões;
- Exercer função de Preposto em Contrato Administrativo;
- Confessar, reconhecer, transigir, desistir, renunciar, receber, dar quitação e firmar compromisso;
- Operar Sistema de informação finalístico.

**ATENÇÃO:** somente se for concedido o Poder para “Receber, Cumprir e Responder Intimação Eletrônica” é que o Procurador receberá Intimações Eletrônicas destinadas ao Outorgante e participará de todo o fluxo subsequente a respeito da Intimação recebida. Importante lembrar que, por natureza, o Responsável Legal e Procuradores Especiais sempre participam do fluxo de todas as intimações eletrônicas.

A Validade da Procuração pode ser por prazo Indeterminado ou Determinado.

- Quando o prazo for Indeterminado, a Procuração não perderá a validade automaticamente, ficando vigente até que seja revogada pelo outorgante, ou seja renunciada pelo outorgado.
- Quando o prazo da Procuração for Determinado, será exigida a indicação de uma Data Limite para sua validade, ao fim da qual a Procuração automaticamente perderá sua vigência.
- Mesmo assim, a qualquer momento o outorgante poderá Revogar a Procuração ou o outorgado poderá Renunciar a Procuração.

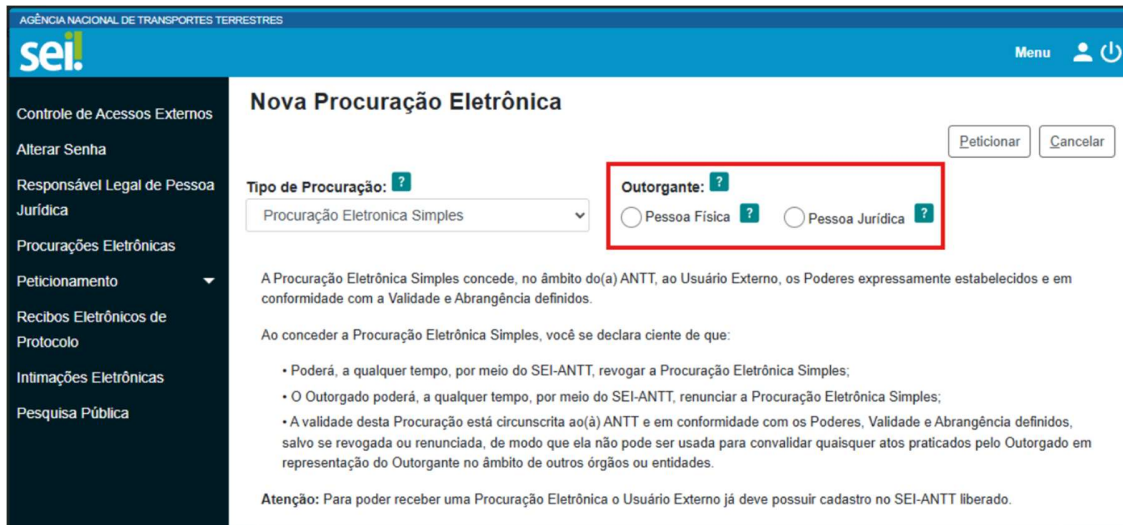
A Abrangência poderá ser em “Qualquer Processo em Nome do Outorgante” ou em “Processos Específicos”.

- Se for selecionada a opção “Processos Específicos” será necessário validar e adicionar o número de cada processo sobre os quais o Procurador poderá representar o outorgante.

Para emitir uma Procuração Eletrônica Simples, o Responsável Legal ou o Procurador Especial da Pessoa Jurídica deve acessar o menu “Procurações Eletrônicas” e acionar o botão “Nova Procuração Eletrônica” no canto superior direito. Pode emitir quantas Procurações Eletrônicas Simples forem necessárias.

No combo “Tipo de Procuração” selecionar “Procuração Eletrônica Simples”.

- Atenção para escolher o tipo de Outorgante correto. Se escolher “Pessoa Física”, o procurador vai representar você como pessoa física e não a Pessoa Jurídica que porventura seja Responsável Legal ou Procurador Especial.
- Se quer que o futuro procurador represente uma Pessoa Jurídica, deve necessariamente selecionar como tipo de Outorgante a opção “Pessoa Jurídica”.



The screenshot shows the 'Nova Procuração Eletrônica' form in the SEI-ANTT system. The interface includes a sidebar with navigation options like 'Control de Acessos Externos', 'Alterar Senha', and 'Procurações Eletrônicas'. The main form area has a title 'Nova Procuração Eletrônica' and buttons for 'Petitionar' and 'Cancelar'. A dropdown menu for 'Tipo de Procuração' is set to 'Procuração Eletrônica Simples'. A red box highlights the 'Outorgante' section, which has radio buttons for 'Pessoa Física' and 'Pessoa Jurídica'. Below this, there is explanatory text about the 'Procuração Eletrônica Simples' and a list of conditions for the grantor. An attention note at the bottom states that the external user must have a SEI-ANTT record.

## Pessoa Física - Emitir Procuração Eletrônica Simples

A Procuração Eletrônica Simples é emitida de um Usuário Externo para outro, para representar demandas pessoais junto ao Órgão.

Antes, o Usuário Externo que vai emitir a Procuração Eletrônica para outro deve saber o CPF do Usuário Externo para quem a Procuração será outorgada.

Só aparecerão na lista Usuários Externos com login devidamente existente e liberado.

A Procuração Eletrônica Simples tendo como Outorgante Pessoa Física, para que outro Usuário Externo possa representá-lo em suas demandas pessoais, possui as mesmas opções de Poderes, Validade e Abrangência expostas acima na emissão de Procuração Eletrônica Simples quando o Outorgante é do tipo Pessoa Jurídica.

## Revogar Procuração Eletrônica

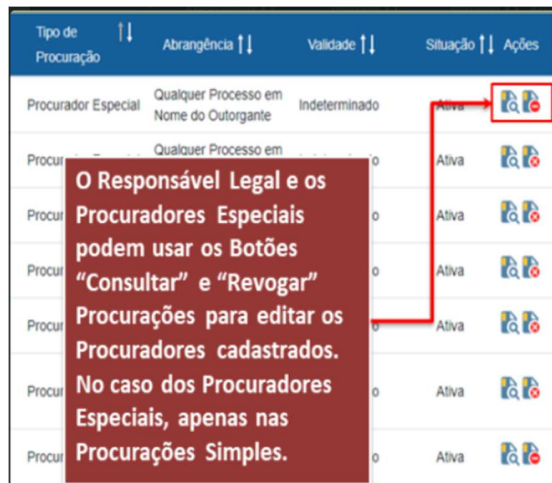
No caso de Pessoa Jurídica, o Responsável Legal ou os Procuradores Especiais podem revogar as Procurações Eletrônicas vigentes em que a Pessoa Jurídica por eles representada figurar como Outorgante

- Os Procuradores Especiais somente podem revogar Procurações Eletrônicas Simples.
- O Responsável Legal pode revogar Procurações Eletrônicas Especiais e Procurações Eletrônicas Simples.

A partir do momento em que o Outorgante revogar a Procuração Eletrônica, o Usuário Externo correspondente não receberá mais Intimações Eletrônicas destinadas ao Outorgante,

sendo mantidos os acessos apenas aos Documentos sobre os quais teve acesso enquanto a Procuração estava vigente.

- No caso de Procurações Eletrônicas Simples, os poderes constantes na procuração não poderão mais ser exercidos a partir da sua revogação.

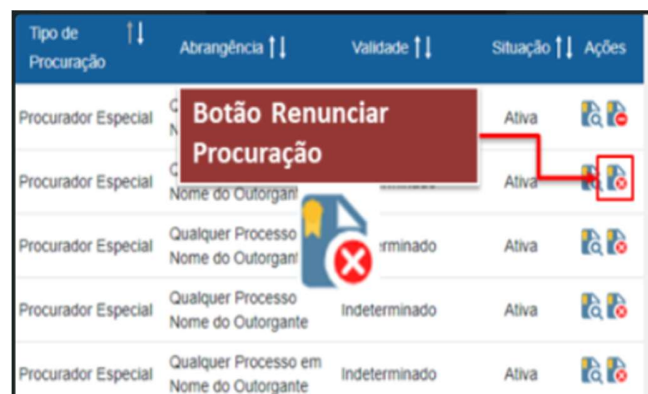


### Renunciar Procuração Eletrônica

A qualquer momento, os Procuradores poderão renunciar às Procurações Eletrônicas vigentes em que figurar como Outorgado.

A partir do momento em que o Outorgado renunciar à Procuração Eletrônica ele não receberá mais Intimações Eletrônicas destinadas ao Outorgante, sendo mantidos os acessos apenas aos Documentos sobre os quais teve acesso enquanto a Procuração estava vigente.

- Os poderes constantes na procuração não poderão mais ser exercidos a partir da sua renúncia.



Em caso de dúvidas ou sugestões, envie e-mail para [cgdoc@antt.gov.br](mailto:cgdoc@antt.gov.br).